

racismos e discriminação que mobilizam os “de fora” a se organizarem de forma associativa, no intuito de fortalecer sua identidade e ocupar uma maior aceitação na sociedade local. Os limites culturais se transformam em novas práticas de integração dos costumes decorrentes dessa mobilidade populacional, revelando peculiaridades e contradições típicas dessa região da Amazônia.

Um conceito interessante para analisar esses espaços é o de “nodo de trans-fronteirização”, apresentado no trabalho *Conformación de un nodo de tranfronterización en el bajo Caquetá- Japurá* pelo antropólogo Nicolas A. Victorino R. Seriam pontos de conexões onde confluem diferentes redes, políticas globais e locais, fluxos de mercado, etc. que constituem uma realidade local heterogênea. O autor mostra a origem, a constituição e o desenvolvimento de um nodo de trans-fronteirização com suas relações econômicas, socioespaciais e de parentesco, a partir da história de um núcleo familiar multiétnico que vive na fronteira formada pelos municípios de La Pedrera (Colômbia) e Vila Bittencourt (Brasil), na região noroeste da Amazônia. O nodo trans-fronteiriço, como categoria de análise, pode ser um instrumento revelador do que está em jogo quando se fala de relações trans-fronteiriças, das diferentes disputas de interesses políticos, que envolvem esses territórios tão preciosos para os Estados-Nação.

Os estudos acadêmicos reunidos neste livro refletem o desafio de produzir conhecimento sobre a região amazônica e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para a importância de se pensar políticas públicas levando em conta as comunidades locais. As análises mostram um lado e fazem o esforço de situar as populações fronteiriças em um contexto mais amplo das quais elas são constituídas. São as margens dos Estados, os limites, as terras de ninguém são apresentadas aqui como territórios repletos de “alguéns”, histórias e dinâmicas sociais pouco conhecidas nos grandes centros urbanos, onde as representações sobre as fronteiras estão aprisionadas à ideia de redes criminais de tráfico e contrabando.

Assim, tendo em vista que as fronteiras são um ponto de tensão entre as ações globais do Estado e as dinâmicas locais, pode-se defender, como o fizeram de alguma forma todos os autores, à guisa de conclusão, o argumento de Buursink:²

(...) pensar las políticas de frontera desde lo local, se convierte en un elemento fundamental para comprender estos espacios desde su particularidad tranfronteriza y no desde los diseños imaginados por los Estados a través de ópticas solamente nacionales que omiten en la planeación las lógicas de frontera, o desde la gemelidad como metáfora biológica que impide comprender las diferencias intrínsecas de las relaciones fronterizas.

2 BUURSINK, 2001 citado por MOTTA, 2012, p. 234.

RESENHA

Educação e Cultura. Brasil e Japão. Tizuko Morchida Kishimoto e Zeila de Brito Demartini (Orgs.). São Paulo: Edusp, 2012, 248p.

Tizuko Morchida Kishimoto e Zeila de Brito Demartini (Orgs.). Educação e Cultura. Brasil e Japão

OS JAPONESES NO BRASIL: UM MITO AINDA PRESENTE

*Leonardo Gomes Mello e Silva**

A coletânea organizada pelos professores Tizuko Morchida Kishimoto e Zeila Demartini foca na educação dos japoneses e dos brasileiros descendentes de japoneses, e por isso a instituição escolar está presente em quase todos os capítulos. A começar do Prefácio, quando ela é introduzida quase como uma marca registrada do Japão. O livro compõe-se de cinco partes ou seções, a primeira com três capítulos, e as demais com dois apenas: são elas, na seqüência: Imigração, Estado e Escolarização (seção primeira); Identidade e Valores (seção segunda); Infância, Educação e Cultura (seção terceira); Ensino da Língua Japonesa (seção quarta), e Movimento Decasségui e Educação (seção quinta).

Há abordagens com ênfase na história, na educação, na sociologia, e até nas artes para esclarecer parte importante da vida social desse grupo étnico hoje ainda dividido entre a integração à “brasilidade” e o resguardo de suas especificidades culturais, tão diferentes das nossas. Os japoneses no Brasil, embora presentes há mais de um século no país (o livro, aliás, faz parte da celebração do centenário da imigração), em especial em São Paulo e no norte do Paraná, ainda exercem um fascínio e um desafio ao entendimento do brasileiro, por causa de certas características particulares do grupo, que continua se comportando como grupo com suas formas particulares de consagração, festejos e – sobretudo – valores. “Nós somos brasileiros”, eles dizem, como que a minimizar essa diferença. Porém – e aí está todo o interesse sociológico na questão – essa não é uma decisão que esteja ao

* Professora do Depto. de Sociologia da FFLCH/USP.

¹ KONIGAME, M. J. (2011) O local e o global na comunidade nipo-brasileira: Um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo. Depto. de Sociologia USP: dissertação de mestrado, 201p.

alcance somente da comunidade nipônica. Em outras palavras: não depende apenas deles o estabelecimento das fronteiras de mixagem e de particularismo; depende mormente da relação com o outro: os “de fora” da comunidade. Como bem mostrou recentemente Konigame¹ (2011), a comunidade *nikkei* em São Paulo transita num espaço social que ela mesma não controla, porque constituído inteiramente de maneira relacional, tendo por contraponto o que os não-*nikkeis* pensam dela. Isso parece valer não apenas para São Paulo, pois o livro que estamos examinando confirma a mesma percepção onde quer que encontremos a comunidade *nikkei* estabelecida. Vemos repetidas referências à importância atribuída pelas famílias japonesas à educação, ao papel das festas, confraternizações e jogos típicos (como o *undokai*), às associações (*bunkyo*), à remissão freqüente aos antepassados familiares e às narrativas de superação, além da discrição, muita discrição (“os japoneses pouco falam de si e de suas vidas”, p.160).

O capítulo *Japoneses em São Paulo: Desafios da Educação na Nova Terra* (Z. Demartini) abre a coletânea com uma apreciação compreensiva, histórica e social da imigração japonesa para São Paulo, principal locus de recepção dessa população no Brasil. Expõe uma periodização das ondas de deslocamento intercontinental e apresenta em largas pinceladas o estado da arte sobre o assunto na literatura sociológica brasileira. Em seguida, detém-se no processo de ensino das crianças japonesas, algumas já nascidas no Brasil, e sobretudo na questão dos valores culturais autóctones que se chocam com outros tão estranhos, os dos brasileiros nativos da terra. Nesse afresco histórico ressaltam alguns aspectos marginais para o argumento central, mas que não podem deixar de ser notados – não tanto pelo que esclarecem dos japoneses em si mesmos mas do Brasil e seu padrão de “coisa pública”. A autora conta que o Estado via com bons olhos a construção de escolas pelos próprios colonos nipônicos, em regime de mutirão, pois assim se desobrigava de oferecer novos equipamentos sociais para a população imigrante (p.26-8): já que eles tinham a iniciativa...

Mas a preocupação com o ensino está relacionada a uma raiz profunda: encontra-se estreitamente associada à visão de mundo mais ampla dos japoneses sobre honra, sucesso, competição e dever; por isso era muito importante haver uma escola nas colônias para onde eram alocados como mão de obra, sendo essa a preocupação primordial das famílias. Isso pode ser confirmado pela cotização que a comunidade das colônias fazia para complementar ou às vezes pagar integralmente o professor, provendo casa e comida quando a distância dos centros urbanos não permitia um deslocamento diário. Na cidade, também, o mesmo sistema de cotização (p.32-3) vigorava para a escola particular de japonês e português, prática, aliás, ainda recorrente no interior de São Paulo (p.200). De novo, o que aparece, dessa vez no capítulo de Leiko M. Morales (*As Escolas Comunitárias Nihongogakkô: Ontem e Hoje*), como “espírito de colaboração” e “fun-

ção social” (p.188-9) pode ser lido como a total ausência de uma política imigratória conseqüente por parte das autoridades públicas brasileiras, que deixavam os recém-chegados aos deus-dará nos cantões longínquos das fazendas paulistas. E mais: quando houve uma preocupação pública por parte do Estado, esta veio antes na sua forma de controle político da população, e não na forma de provimento de bem-estar. O tratamento dos imigrantes japoneses (em seu formato organizado) em seus primeiros anos de Brasil diz muito, sem querer, da concepção de cidadania que informa o pensamento da elite política brasileira não só para os novos cidadãos que entram no país, mas para aqueles que aqui sempre estiveram: nada se dá; e quando dá, é o cassetete.

O capítulo de Demartini traz ainda um balanço circunstanciado das escolas para japoneses em São Paulo no século XX, mostrando, por exemplo, nos anos 1930, a luta da comunidade pelo reconhecimento oficial do governo japonês dos esforços de seus descendentes no Brasil para educar os seus filhos no país (p.76). O mapeamento que a autora promove, por meio de pesquisa com história oral, das escolas para a comunidade nipônica na cidade de São Paulo é muito útil e esclarecedor em termos das práticas de “negociação social” dos membros da comunidade com as autoridades. Mostra também os efeitos do movimento *Shindo Renmei* nos anos 1950 nas estratégias das escolas particulares na cidade.

Um panorama bastante completo sobre o ensino de língua japonesa no Brasil desde 1908 vai aparecer na quarta seção do livro, no capítulo *O Ensino de Língua Japonesa no Brasil: Enfoque nos Cursos de Ensino Fundamental, Médio e Superior* (Junko Ota). Uma comparação desse último capítulo com o anteriormente mencionado permitirá ao leitor fazer uma apreciação geral, quantitativa e qualitativa, da implantação do ensino da língua japonesa em nossa terra. A ele deve se adicionar o relato de Morales, já citado, sobre as escolas comunitárias que convivem ao lado das escolas oficiais, e onde também se pode confirmar o interesse crescente e contemporâneo de não-descendentes, tanto como professores quanto como alunado, em cursos de língua japonesa.

Os capítulos mais históricos (Demartini; Shibata; Capelo; Camacho, Morales) são unânimes na identificação do controle estatal sobre as escolas étnicas, no período dos anos 1930-1940, época da intensidade nacionalista do Estado Novo. Essa onda atingiu o Estado de São Paulo e tornou ilegal a um estrangeiro a propriedade de uma escola ou a função de diretor escolar (p.38).

A ajuda mútua e a solidariedade entre os descendentes foram fundamentais para agüentar as adversidades na implantação da escola japonesa na “colônia” no norte do Paraná. A preservação da cultura, nesse caso, não foi simplesmente um efeito, mas na verdade constituiu o móvel ativo para a sua sobrevivência em um ambiente hostil como era o Brasil nos anos 1930

para os imigrantes vindos do Japão (*Educação e Escolarização Japonesa nas colônias rurais no norte do Paraná*, Maria Regina C. Capelo). O formato de escola em Londrina, no período mencionado, com seu *kaikan* e seu exclusivismo bem controlado (quem não participasse seria considerado “não-japonês”) dá a impressão de um verdadeiro enclave da comunidade étnica na sociedade mais ampla. Mutirão e cotização para pagar os professores são exemplos notáveis de espírito cooperativo e anti-individualista. Uma dupla inferioridade se abatia sobre a população descendente nas colônias do norte do Paraná: a inferioridade referente ao fato de serem de uma “raça inferior”, e uma outra, devida ao fato de serem trabalhadores rurais. Para compensar o juízo social estigmatizante em relação aos japoneses, a Escola Fernão Dias se tornava uma espécie de veículo para afirmar a coletividade nipônica, e isso acontecia em ocasiões como o desfile de Sete de Setembro em Londrina, a referência mais próxima que se tinha de uma “vida urbana”. Lendo esse capítulo, fica clara a importância da escola como um valor para os descendentes de japoneses, uma “instituição central para a coesão étnica” (p.86). A filosofia educacional de “jamais desistir diante das dificuldades” (p.87) reverbera em outras esferas de atividade onde os japoneses estão presentes, como o trabalho.²

É curioso perceber, contudo, que a pré-escola japonesa no Japão historicamente se inclina para uma orientação lúdica ao invés do aprendizado centrado em conteúdos, como parece ser o caso da tradição do Ocidente, de onde o Brasil extrai a influência determinante para suas diretrizes pedagógicas. Entre o brincar e o aprender, o Japão é muito mais aberto às potencialidades do primeiro termo, inspirado nas idéias frobelianas, enquanto que o Brasil segue uma lógica, por assim dizer, “adulta” para com as crianças. Desse modo, um achado inesperado graças ao capítulo sobre as diferenças do ensino nos dois países (*Acelerar o Ensino ou Preservar o Brincar: Experiência de Dois Países*, Tikuzo M. Kishimoto) é o de que a dureza dos japoneses com a educação das crianças não prescinde de uma introdução à vida escolar cheia de brincadeiras e jogos que estimulam a criatividade e a livre-associação, com forte apelo coletivo. De fato, a aprendizagem por meio de brincadeiras aparece também no estudo de caso de Morales (p.198-9). A observação de Kishimoto torna-se, assim, bastante oportuna pois é contrafactual diante da imagem estereotipada do japonês como naturalmente metódico e estudioso, alheio à imaginação criadora e ao aspecto lúdico. A liberdade e o cuidado dispensados às crianças são correspondentes àqueles dispensados também aos idosos, pois como ficamos sabendo pelo capítulo *Asobi Mashou: a Cultura Lúdica dos Descendentes de*

² Esse último aspecto, por sinal presente em muitas partes do texto (vide a contribuição de Ocada, a seguir, e as partes sobre o fenômeno decasségui, na quinta e última seção do livro) aparece também na breve remissão ao trabalho das crianças na lavoura, por meio de imagens fotográficas (Kobayashi, p.161).

Japoneses (Maria do Carmo M. Kobayashi), essa concepção faz parte do “arco da vida”, o “grande U”, onde idosos e bebês são reverenciados (p.153). A dureza e as provações da vida são reservadas, justamente, ao período intermediário do ciclo, o período “ativo”. Os brinquedos, devido às condições muito severas dos primeiros tempos dos imigrantes no Brasil, foram preteridos aos objetos de primeira necessidade como patrimônio a ser mantido (p.161); por isso, a sua recuperação pela via da rememoração é também um exercício de recontar uma história material, feita do confronto com as condições concretas e as escolhas possíveis que se apresentam. E como são ricos em formatos, cores e materiais esses brinquedos!

Complementando as impressões suscitadas pelos capítulos de Kishimoto e Kobayashi, Morales nota que as primeiras escolas de língua e cultura japonesas no Brasil estavam associadas a um conteúdo humanístico, tais como desenho, pintura, artes manuais, música, danças tradicionais e oratória (p.195-6), algo que estaria próximo daquele “amor pela aprendizagem” confuciano de que fala Sedi Hirano no Prefácio da obra (p.11). Nada desse conteúdo tão pouco instrumental poderia sugerir a ascensão dos descendentes de japoneses nas carreiras e profissões de nível técnico e científico às quais eles estarão associados posteriormente. Eis aí um mistério que precisa de pesquisa e reflexão para ser desvendado.

Logo no capítulo primeiro da segunda seção (*Valores culturais japoneses presentes na educação dos nipo-brasileiros*, Luiza M. Y. Camacho), aparece a figura do japonês como “bom estudante” como um mito que precisa ser desconstruído. Porém todo o mito tem seu berço na cultura. Ali são trazidos à tona aqueles que constituem os valores culturais mais significativos dos japoneses – sobretudo para explicar o seu comportamento diante do papel da educação -, sendo eles: a hierarquia, a ética dos débitos, a vergonha, a responsabilidade, a autodisciplina e a competição (p.93). Nessa linha, uma das passagens mais fascinantes diz respeito à inculcação da responsabilidade da criança com a obrigação do sucesso escolar. Os pais não necessitam cobrar, mas o resultado costuma ser bem sucedido por causa da automaticidade dos valores que envolvem obrigação e hierarquia presentes no processo de socialização das famílias nipo-brasileiras. O capítulo pinta com cores de forte plausibilidade os traços de continuidade entre a cultura tradicional japonesa – por exemplo, na deferência aos códigos do “*on*” – e o comportamento dos nipo-brasileiros no Brasil. Infelizmente, não são oferecidas evidências concretas desse funcionamento ao longo do texto do capítulo.

A contribuição imediatamente seguinte, *Memórias da Imigração Japonesa no Brasil: Uma Análise dos Valores Presentes na Identidade Étnica Nipo-brasileira* (Fábio K. Ocada) confronta o “espírito japonês” tão sensivelmente esboçado no capítulo anteriormente citado com a dura realidade do trabalho: primeiro dos imigrantes que vieram para as fazendas

de café, e depois dos decasséguis. O autor associa a memória, guardiã da cultura, ao feminino; enquanto que ao elemento masculino fica associada a idéia de volta às origens, ao retorno à antiga pátria como afirmação de perseverança, obediência e coragem (p.109), o que é realizado hoje por meio principalmente do trabalho decasségui. Mas essa dualidade teria dificuldades de explicar o contingente de mulheres que também migram ao Japão na condição de decasséguis...

O confronto com a situação de trabalho, contudo, expõe as contradições e os dilemas que atravessam o “espírito” ou o “ethos” japonês. A contribuição de Fabio Ocada é oportuna por trazer à superfície uma visão mais crítica da imigração japonesa para o Brasil, enxergando mais continuidades com a situação do povo brasileiro (terra e trabalho) do que excepcionalidades (os japoneses como “povo unido”). O autor deixa entrever, via Célia Sakurai, que a imagem positiva do japonês pode ser uma projeção do que o brasileiro desejaria para si próprio; uma interpretação do mito que levaria água para o seu próprio (dos japoneses) moinho. Ocada confirma, por meio de sua pesquisa, a falácia da experiência prévia do trabalho agrícola como exigência para migrar para o Brasil: mesmo que oficial, tal exigência não era necessariamente cumprida, além de que os próprios candidatos, como ele sugere, podem ter negociado (ou blefado) sobre sua condição, a fim de se tornarem elegíveis para o empreendimento migratório. Outro ponto importante da contribuição do autor, ainda baseado em Sakurai, é o da “fronteira étnica”: aplicada ao caso dos japoneses, ela dá conta da “especificidade” nipônica no Brasil, cultivada em contraste com a brasileira, numa relação de conflito-estranhamento. Nessa hipótese, se entende melhor o fato de uma identidade que é construída na diferença (ou em relação ao “outro” – no caso: os brasileiros). Ocada ainda alerta para um aspecto importante e revelador: o de que o ensino de língua japonesa na América Latina está carregado com uma ideologia cultural de afirmação expansionista – o *Yamato damashii* – que é ausente no próprio Japão (p.120), o que confere um teor algo exótico, do ponto de vista do japonês contemporâneo, ao ensino da língua e da cultura japoneses em países como o Brasil,³ país que hoje (dados de 2006), segundo ficamos sabendo pela contribuição de Ota (p.169), aparece em primeiro lugar na América Central e do Sul em termos de estudantes aprendendo o japonês, comparecendo, por outro lado, em 13º lugar no mundo. Uma tal perspectiva comparativista em Ocada é muito oportuna para diluir alguns mitos sobre a nipocidade; ela se mostra também, no mesmo capítulo, na rápida passada que faz o autor dos depoimentos das gerações mais velhas de mulheres *isseis*, outro foco de luz da tradição inventada que esclarece, no presente, as vicissitudes do trabalho

³ É possível capturar, a partir de outra contribuição da coletânea (Morales), a sugestão de que os japoneses no Brasil guardariam “tesouros” de uma linguagem já desaparecida no Japão (p.193-4).

decasségui. Ao fazer isso, permite estabelecer uma bela conexão entre memória coletiva e consciência histórica.

O capítulo *A Nacionalização do Ensino e os Japoneses em São Paulo* (Hiromi Shibata) refaz a trajetória de conflito entre as políticas nacionalizantes do Estado Novo e os núcleos de imigrantes no Brasil que buscam preservar a sua cultura e língua, um tópico também tratado no livro por Morales (p.191). Junto com os alemães no sul, os japoneses são enquadrados em designações, as quais aparecem nos discursos oficiais, tais como “núcleos alienígenas” e “quistos lingüísticos” (p.49). O capítulo de Shibata tem o mérito de ligar, por meio da mobilização de fontes da historiografia, a problemática da inserção dos japoneses no solo pátrio à política imigratória do Estado, revelando preocupações estratégicas (um possível imperialismo nipônico global incutido nos “súditos” do Imperador ao redor do mundo) e econômicas, além daqueles usualmente reconhecidos como racistas. Dois achados devem ser ressaltados do texto de Shibata. O primeiro é o papel das associações educacionais já desde 1927 (p.55). O segundo é que a autora relembra um fato importantíssimo – registrado também na contribuição de Morales (p.187) - para a compreensão da imigração japonesa e os problemas posteriores de sua “assimilação”: o de que os núcleos coloniais eram administrados por representantes do governo japonês instalados no país (p.51),⁴ sendo daí derivada a regulação do ensino da língua, com o envio de inspetores de educação (*shigaku*) pelo Ministério de Relações Exteriores. Isso até a Segunda Guerra Mundial, quando as hostilidades funcionam como um verdadeiro ponto de ruptura no interior da comunidade; é quando o sonho do retorno ao país original finalmente se perde para sempre. Fica a sugestão, no texto, que a interdição do ensino da língua foi o grande golpe no projeto de implantação de uma “dupla cidadania” dos japoneses no Brasil.

Está clara na coletânea, ademais, a existência desses dois “tempos” no imaginário das primeiras gerações de imigrantes japoneses: o tempo da nacionalização do ensino (anos 1930) e o tempo da Segunda Guerra Mundial. Muitos vêem apenas no segundo o marco do cerceamento à liberdade do estrangeiro no Brasil (em especial, japoneses e alemães), quando na verdade este já começa na década anterior. As escolas étnicas são um excelente ponto de observação para tal fato, e por essa razão a presente coletânea traz uma importante contribuição para a história social da imigração no país.

Os problemas da escolarização de crianças e jovens no Japão diante da imigração de retorno dos descendentes em busca de trabalho – conheci-

⁴ No mesmo sentido, um papel fulcral foi jogado pelas companhias de colonização japonesa não só no subsídio à construção de escolas, mas também em muitos aspectos econômicos e institucionais da formação dos núcleos das colônias, o qual tomou, por conseguinte, um rumo subsidiado ou “sustentado” pelo Estado japonês.

da como fenômeno decasségui – fecha o livro com duas contribuições muito interessantes: *Movimento Decasségui e a Situação Escolar das Crianças no Brasil e no Japão* (Renata Oliveira Costa) e *Condições das Crianças e Jovens Brasileiros no Japão e suas Perspectivas* (Eunice Akemi Ishikawa). Ambos retratam a dura realidade da educação dos filhos de decasséguis no Japão, seus problemas de adaptação e a situação ambígua de quem vive num espaço indefinido entre duas identidades (embora isso não seja necessariamente reconhecido pelos próprios atores, que racionalizam sua situação de maneira diferente de como os outros os vêem, ao jurar para si próprios que sua permanência no Japão é apenas provisória, por exemplo, ou que são mais brasileiros do que japoneses etc.). São os filhos quem sofrem mais, e são eles que vão colocar em cheque os atributos com que nós, brasileiros, nos acostumamos a avaliar a população de descendentes de japoneses: a emergência de delinqüência juvenil entre essa população, como atesta a contribuição de Costa (p.215), seria certamente um choque para a idealização que os brasileiros fazem da comunidade *nikkei* no Brasil.

Mas além desses aspectos mais genéricos dos efeitos da mobilidade decasségui, há aspectos bem específicos que afetam diretamente o processo de aprendizagem, e que são determinados socialmente. Primeiro está a impossibilidade prática das famílias cuidarem da educação das crianças, como exigem as convenções da sociedade japonesa, por causa das longas jornadas de trabalho dos pais (p.226). Segundo, conforme muito bem notado por Morales (p.188), há implicações para a relação entre “língua materna”, “língua estrangeira”, “primeira língua” e “língua majoritária”: a autora chama a atenção para o conceito de “língua de herança”, que parece uma designação mais apropriada para o caso dos imigrantes japoneses, tanto no passado, quanto no presente. No passado: a língua de herança, sendo o japonês, se distingue da língua materna que, no caso das gerações já nascidas no Brasil, é o português. No presente: com o fenômeno decasségui, a língua de herança das crianças de pais decasséguis nascidas no Japão é o português, não o japonês. A língua de herança é a primeira língua com a qual as crianças tomam o contato no seu processo de socialização. Quando vivem em espaços fechados socialmente (os primeiros japoneses que para cá vieram e se estabeleceram em colônias rurais, assim como os brasileiros decasséguis que vão para o Japão permanecem em “guetos” dentro da sociedade japonesa), o conflito entre “língua majoritária” e “língua de herança” é forte, trazendo a questão do bilinguismo e “experiências de aquisição fragmentária” da língua (p.188). Tanto os capítulos de Costa quanto o de Ishikawa enfatizam a necessidade do domínio da língua para o sucesso enquanto imigrantes em situação menos precária no Japão, e o quanto a ausência desse (por causa dos problemas sociais já apontados, e não reconhecidos pela sociedade japonesa) pode empurrar os decasséguis e sua

prole para uma espiral descendente que os coloca em um pólo de classe bem distante de onde está situado a maioria da população nativa (p.228). Em Ishigawa podemos encontrar a descrição mais fiel das relações de trabalho típicas da condição decasségui (p.229-32).

Duas observações finais: a primeira é que muito das informações e dados constantes das contribuições originam-se de fontes similares, às vezes se repetindo (Aliança Cultural Brasil-Japão, Jica, Fundação Japão, Federação das Escolas de Japonês no Brasil, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros), mas isso não é ruim: o pesquisador tem agora uma noção bem precisa de qual o solo em que está pisando. A segunda observação, infelizmente, não é tão transigente: é que uma revisão cuidadosa por parte da editora teria evitado certas incorreções gramaticais e referências inencontráveis, desagradáveis ao leitor exigente.

Enfim, o livro é informativo e útil para o leitor interessado na história e nas questões que atravessam a população dos descendentes de japoneses no Brasil. Trata-se de uma contribuição que vem agregar-se às que já existem em língua portuguesa e que, juntas, vão permitindo construir um quadro mais completo de uma realidade rica e atraente, às vezes mitológica ou idealizada, dessa parte – bem recente - de nossa formação como povo.

